



**MINISTÉRIO DA SAÚDE  
CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE**

**RESUMO EXECUTIVO DA CENTÉSIMA SEXAGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO  
ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE – CNS**

**ABERTURA**

Aos oito e nove dias do mês de março do ano de dois mil e seis, no Plenário “O Milton Visconde”, do Conselho Nacional de Saúde, localizado no Ministério da Saúde, Bloco G, Edifício Anexo, 1º andar, ala B, na cidade de Brasília, Distrito Federal, realizou-se a Centésima Sexagésima Terceira Reunião Ordinária do Conselho Nacional da Saúde (CNS).

**ITEM 1 – APROVAÇÃO DA ATA DA 162ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNS**

A aprovação da ata da 162ª Reunião Ordinária foi transferida para a próxima reunião do CNS.

**ITEM 2 – ABERTURA**

**Composição da mesa:** Ministro de Estado da Saúde, **José Saraiva Felipe**; Secretário-Executivo do Ministério da Saúde, **José Agenor Álvares da Silva**; Secretária-Executiva do CNS, **Eliane Aparecida da Cruz**; e Conselheiro **Antônio Alves de Souza**. O Ministro de Estado da Saúde, **José Saraiva Felipe**, Presidente do CNS, compareceu à reunião do CNS para abrir oficialmente os trabalhos. Também prestou homenagem às mulheres pelo Dia Internacional da Mulher e aproveitou a oportunidade para registrar a importância da aprovação, pelo CNS, do Pacto pela Vida, pela Consolidação do SUS e de Gestão. Além disso, informou que homologara a resolução do CNS nº 357/06, que trata sobre o Projeto “Heterogeneidade de Vetores e a Malária no Brasil”. Conselheiro **Antônio Alves de Souza** também fez uso da palavra para reiterar a importância da aprovação do Pacto, que, na sua visão, representava um novo momento para consolidação do SUS e para enfatizar a necessidade de o CNS acompanhar a sua implementação. Na sequência, os conselheiros manifestaram-se sobre diversos assuntos, que demandaram o posicionamento do Ministro da Saúde. A respeito dessas questões, o Ministro de Estado da Saúde, **José Saraiva Felipe**, informou que agilizaria a homologação da Resolução do CNS sobre a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS. Em relação ao fracionamento, explicou que no mês de abril seriam anunciadas mudanças no decreto da política nacional de fracionamento (ampliação para farmácias e drogarias e obrigatoriedade da indústria em fracionar os medicamentos passíveis serem fracionados). Ainda em relação a medicamentos, falou sobre o projeto de universalização do acesso a anti-hipertensivos e hipoglicemiantes, com disponibilização desses medicamentos na rede de drogaria e de farmácia do país com preços extremamente baixos. Também destacou que pesquisa nacional demonstrou que, dos programas lançados pelo Presidente Lula (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), Farmácias Populares e Centro de Especialidades Odontológicas), as Farmácias Populares era o que teve maior aceitação da população. Também destacou que a saúde da pessoa com deficiência era uma das prioridades do Ministério da Saúde, inclusive contemplada no Plano Nacional de Saúde. Assim, colocou-se à disposição para encaminhar a sugestão do CNS de incluir a saúde da pessoa com deficiência como uma das prioridades do Pacto pela Vida. Também falou sobre o processo eleitoral do CNS explicando que estava tentando resolver alguns entraves e, tão logo esse

processo fosse concluído, traria proposta de composição para ser apreciada pelo Plenário do CNS.

### **ITEM 3 – POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DA MULHER, PRINCÍPIOS E DIRETRIZES**

**Composição da mesa:** Conselheira **Silvia Marques Dantas**, Conselheira **Marisa Fúria Silva** e a Coordenadora da Área Técnica de Saúde da Mulher/SAS/MS, **Maria José Oliveira**. Na última reunião do CNS, o Plenário decidiu que no Dia Internacional da Mulher, 8 de março, seria feita apresentação sobre a Política de Atenção Integral à Saúde da Mulher, que havia sido aprovada pelo CNS. Desse modo, a Coordenadora da Área Técnica de Saúde da Mulher/SAS/MS, **Maria José Oliveira**, fez uma apresentação sobre o processo de execução da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, de acordo com as suas prioridades (promover a saúde sexual e reprodutiva de mulheres e adolescentes; promover a atenção obstétrica e neonatal qualificada e humanizada; promover a atenção às mulheres e adolescentes em situação de violência sexual; promover atenção integral às mulheres no climatério; reduzir a morbimortalidade por câncer na população feminina; e promover a atenção à saúde das mulheres negras, rurais, quilombolas, indígenas e mulheres que fazem sexo com mulheres). Os conselheiros teceram comentários sobre a apresentação, bem como solicitaram esclarecimentos, que foram feitos pela Coordenadora da Área Técnica de Saúde da Mulher/SAS/MS. A respeito desse assunto, foi destacada a necessidade de ser re-pautado a fim de possibilitar o aprofundamento do debate de outros aspectos relacionados à saúde da mulher que não puderam ser tratados na reunião devido à exiguidade de tempo.

### **ITEM 4 – INFORMES DA COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA (CONEP/CNS)**

**Composição da mesa:** Conselheiro **Francisco Batista Júnior** e Conselheiro **Willian Saad Hossne**. Conselheiro **Willian Saad Hossne**, Coordenador da CONEP/CNS, fez uma ampla abordagem sobre a ética na pesquisa, com destaque para os marcos internacionais e nacionais da regulamentação específica sobre a ética na pesquisa em seres humanos (Código Nuremberg (1947); Declaração de Helsinque (1964); Diretrizes Internacionais para as Pesquisas Biomédicas envolvendo Seres Humanos (1980); e Normas Específicas do Brasil: Resolução do CNS nº 1/88; Resolução nº 196/96 e suas complementares). Também falou sobre o trabalho da CONEP/CNS, enfatizando as seguintes atividades: análise de projetos e emissão de parecer (9 mil projetos de pesquisas analisados de 1996 a 2005); registro e renovação de CEPs; e publicação de materiais de informação e educação (Manual Operacional para CEPs; Manual do Voluntário Sujeito de Pesquisa; Resoluções do CNS para Pesquisas Envolvendo Seres Humanos, entre outros). Os conselheiros teceram comentários sobre a apresentação do coordenador da CONEP/CNS e apresentaram sugestões para o trabalho da Comissão, dentre as quais se destacam: constituir comissão do CNS para acompanhar as comissões dos CEPs responsáveis pela análise dos protocolos de pesquisa; definir agenda de fortalecimento do Controle Social na ética em pesquisa; propor a capacitação dos membros dos CEPs; incentivar a realização de pesquisas que visem definir as causas da mortalidade materna; criar comitês regionais, ligados à CONEP/CNS, para auxiliar na avaliação das áreas técnicas e supervisionar a execução das pesquisas; discutir a experiência da Costa Rica de pagamento de imposto sob pesquisa internacional que não estivesse ligada às prioridades de pesquisa em saúde do país no valor do projeto para manutenção do sistema de regulação social do país; e sugerir aos CEPs a criação de comissões de ética em pesquisa para analisar os projetos. Sobre essa questão, o Plenário decidiu que a Comissão de Coordenação Geral fará o consolidado das propostas dos conselheiros e apresentará na próxima reunião do CNS para discussão.

## **ITEM 5 – RESOLUÇÃO Nº 352/2005 - APRECIÇÃO DA RESPOSTA APRESENTADA PELO MINISTRO DA SAÚDE PARA ENCAMINHAMENTOS, CONFORME REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE**

**Composição da mesa:** Conselheiro **José Marcos de Oliveira** e Secretária-Executiva do CNS, **Eliane Aparecida da Cruz**. A Secretária-Executiva do CNS lembrou que a Resolução do CNS nº 352/05, que dispõe sobre o licenciamento compulsório de anti-retrovirais, foi aprovada em agosto de 2005 e encaminhada ao Ministro da Saúde para homologação. Contudo, o Ministro da Saúde informou que não a homologaria e encaminhou nota técnica explicitando os motivos dessa decisão. Assim, conforme o Regimento Interno, o Plenário teria que discutir essa nota e deliberar sobre a questão. Feito esse esclarecimento, Conselheiro **José Marcos de Oliveira** fez breves considerações sobre licenciamento compulsório e capacidade do Brasil para produção de anti-retrovirais e apresentou nova proposta de encaminhamento para questão. Explicou que, no Brasil, havia um movimento afirmativo de que o país não tinha capacidade técnica para a fabricação nacional de anti-retrovirais. Entretanto, no 12º Congresso de Medicina Tropical e no Fórum de Propriedade Intelectual para doenças como HIV/AIDS e doenças negligenciadas, realizados de 4 a 8 de março de 2006, no Piauí, representantes de laboratórios públicos brasileiros afirmaram que o Brasil tinha todas as condições de solicitar o licenciamento compulsório de anti-retrovirais para fabricá-los no país. Assim, diante do entrave político para a produção nacional desses medicamentos, sugeriu que o CNS promovesse mesa-redonda com todos os técnicos envolvidos nessa questão (diretor do Farmanguinhos, do Lasef, do Cristália, o coordenador do Programa de DST/AIDS/MS, o Secretário de Desenvolvimento Tecnológico/MS, entre outros) para tratar sobre a capacidade técnica da indústria farmacêutica para a fabricação nacional de anti-retrovirais no Brasil e, a partir do resultado dessa atividade, o Plenário deliberasse sobre a questão. Sobre esse assunto, o Plenário aprovou os seguintes encaminhamentos: reconstituir o GT do CNS instituído para visitar os laboratórios públicos a fim de verificar a capacidade de produção dos mesmos; realizar seminário sobre propriedade intelectual e capacidade técnica do Brasil para produção de anti-retrovirais; e solicitar cópia das fitas do Fórum de Propriedade Intelectual para servir de subsídio nas discussões desse assunto.

## **ITEM 6 – PREPARAÇÃO DA SEMANA DA SAÚDE**

**Composição da Mesa:** Secretária-Executiva do CNS, **Eliane Aparecida da Cruz** e Conselheira **Solange Gonçalves Belchior**. Conselheira **Solange Gonçalves Belchior** apresentou informe sobre a preparação das comemorações da Semana Nacional da Saúde (de 2 a 7 de abril de 2006), detendo-se no Concurso de Experiências Bem-Sucedidas em Controle Social. Disse que a entrega dos prêmios seria feita no dia 7 de abril de 2006 para as dez melhores experiências em Controle Social. Contudo, diante da qualidade dos trabalhos apresentados, a comissão julgadora sugeriu a entrega de certificado de menção honrosa para os que não estivessem entre os dez melhores. Além disso, disse que a referida comissão propôs que fossem feitas visitas *in loco* para verificar as experiências descritas nos trabalhos dos dez primeiros colocados. A respeito desse assunto, o Plenário aprovou as propostas da comissão organizadora: entregar certificado de menção honrosa para os trabalhos que não estivessem entre os dez melhores; e fazer visitas *in loco* para verificar as experiências descritas nos trabalhos dos dez primeiros colocados.

## **ITEM 7 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE 2005**

Item adiado para a próxima reunião do CNS.

## **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Item adiado para a próxima reunião do CNS.

## ITEM 9 – RELATÓRIO DA COMISSÃO DE COORDENAÇÃO GERAL (CCG) PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÕES/INFORMES E INDICAÇÕES

Atendendo a solicitação do Plenário, a Secretária-Executiva do CNS, **Eliane Aparecida da Cruz**, apresentou relatório da Comissão de Coordenação Geral (CCG) com os temas pendentes de 2005, que demandavam discussão e encaminhamentos, sendo eles: **1)** Grupo de Trabalho de Atenção Básica – Núcleos Integrals de Atenção à Saúde (homologação do texto final); **2)** Conferências Temáticas: Conferência Nacional de Saúde da Mulher; Conferência Nacional de Saneamento e Meio Ambiente; Conferência Nacional de Comunicação, Informação e Informática em Saúde; Conferência Nacional de Atenção Básica em Saúde; Conferência Nacional de Educação Popular e Saúde; Conferência Nacional de Gestão Participativa; Conferência Nacional de Vigilância Sanitária; **3)** Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS); **4)** Curso de Tecnólogo; **5)** Políticas Intersetoriais (Conselhos de Políticas Públicas e Metas do Milênio, das quais o Brasil é signatário); **6)** Conselho Nacional de Bioética; **7)** Avaliação das atividades do Conselho Nacional de Saúde e participação em atividades externas (avaliação das Conferências Temáticas de 2004 e da 12ª Conferência Nacional de Saúde/2003; Congresso do CONASEMS 2005; Congresso da Rede Unida 2005; e Congresso da ABRASCO 2005); **8)** Projeto de Lei nº 131/01, que propõe a criação do SESS/SENASS; **9)** QUALISUS; **10)** Controle de Hipertensão e Diabetes (Projeto de Lei sobre subvenção a medicamentos para controle dessas doenças, que tramita no Congresso Nacional em regime de urgência); **11)** Núcleo de Acompanhamento, Integração e Desenvolvimento do Plano de Saúde da Amazônia Legal; **12)** Lei de Consórcios Públicos; **13)** Ouvidoria do SUS; **14)** Política de Combate ao Alcool; **15)** Lei de Biossegurança; **16)** Plataforma DHESC Brasil (Direitos Humanos, Econômicos, Sociais e Culturais); **17)** Programa de Humanização; **18)** Convite à Frente Parlamentar da Saúde para comparecer ao CNS; **19)** Conselho Consultivo do Instituto Nacional do Câncer (INCA); **20)** Relações Internacionais; **21)** Seminário do GT de Águas Minerais - resultados e encaminhamentos; **22)** Seminário de Residência multiprofissional – resultados e encaminhamentos; **23)** Encaminhamentos da Comissão Intersetorial de Alimentação e Nutrição (CIAN/CNS); **24)** participação do CNS no Conselho Nacional de Educação; **25)** discussão dos objetivos do milênio pelas comissões do CNS; **26)** direitos humanos; **27)** criação de Grupo de Trabalho para humanização (para verificar *in loco* o trabalho de humanização); **28)** Lei dos Consórcios Públicos; **29)** Pessoas com deficiências e idosos; e **30)** Recomposição do GT de Capacitação.

## INFORMES E INDICAÇÕES

### *Expediente*

**1)** A Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul (AJURIS) encaminhou cópia do parecer da Procuradoria da República, propondo denúncia pública a respeito do desvio dos recursos da Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras (CPMF) destinados à saúde, bem como a realização de ato político institucional conjunto pela manutenção da instituição da CPMF nas verbas orçamentárias da saúde e solicitou o apoio do CNS a esse movimento. *Encaminhamento do Plenário:* aguardar o resultado da análise da documentação, pela COFIN/CNS, para manifestar-se. **2)** A União dos Cegos no Brasil (UCB) celebrou contrato de prestação de serviço com a Secretaria Estadual de Saúde do Rio de Janeiro com o objetivo de empregar as pessoas com deficiência visual. Em virtude dessa atuação, a UCB vem sendo questionada quanto a sua participação como representante do segmento de usuário no Conselho Municipal de Saúde da AP.32 – Município do Rio de Janeiro. Desse modo, consultou o CNS no sentido de verificar se esta condição a torna uma entidade gestora de saúde. *Encaminhamento do Plenário:* constituir grupo para analisar a questão e elaborar parecer capaz de responder a situações semelhantes, a ser submetido à apreciação do Plenário do CNS. Foram indicados os seguintes conselheiros: **Eni Carajá Filho** e **Francisco Batista Júnior**. **3)** O Conselho Distrital de Saúde Indígena do Alto Rio Negro relatou interferência da FUNASA/MS na realização dos cursos de capacitação de diagnóstico do Tracoma (cerato – conjuntivite crônica) na região do Alto do Rio Negro, sem a sua anuência. *Encaminhamento do Plenário:*

solicitar pronunciamento da FUNASA sobre o fato (Conselheira **Zilda Arns Neumann**, na condição de coordenadora da Comissão Intersetorial de Saúde Indígena do CNS, fará o contato com a Fundação). **4)** Abertura de cursos na área da saúde. A Secretária-Executiva do CNS relatou que Conselhos Estaduais de Educação estavam enviando processos de abertura de cursos ao CNS para emissão de parecer, sem consultar previamente o Ministério da Educação. Explicou que, em resposta aos pedidos, informava que o CNS não estava emitindo parecer e encaminhava a Resolução nº 350/05 aos conselhos. Nesse sentido, sugeriu que o CNS delegasse à Comissão Intersetorial de Recursos Humanos (CIRH/CNS) a tarefa de aprofundar o debate sobre a emissão de pareceres para a abertura de novos cursos a partir da necessidade social dos mesmos e trazer o resultado dessa discussão para o Plenário a fim de ser definido encaminhamento. *Encaminhamento do Plenário:* aprovar a proposta da Secretária-Executiva do CNS.

#### **Indicações**

**1)** O International Quality e Productivity Center realizaria evento com o tema “Perspectivas do Mercado GENÉRICOS - Expansão e Exportação do Mercado de Medicamentos” nos dias 7 e 8 de julho de 2006, em São Paulo/SP e solicitou a indicação de conselheiro para falar sobre o tema genéricos. *O Plenário decidiu não indicar representante do CNS, contudo, será verificada a possibilidade de observador para acompanhar a atividade.* **2)** Seminário Nacional: Controle Social nas Políticas Públicas de Saúde para as Mulheres. A Secretaria de Gestão Participativa convidou o CNS para participar do Seminário que se realizará de 14 a 16 de março de 2006, em Brasília/DF. *Indicações:* Conselheira **Nildes de Oliveira Andrade**, Conselheira **Francisca Valda da Silva**, Conselheira **Silvia Marques Dantas**, Conselheiro **Luiz Augusto A. Martins**, Conselheira **Maria Irene M. Magalhães** e Conselheira **Maria da Glória Campos da Silva** (a confirmar). **3)** I Congresso de Secretarias Municipais de Saúde da Região Centro-Oeste. O Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (CONASEMS) convidou um representante do CNS para participar da mesa “Controle Interno e Externo no SUS”, na condição de expositor, durante o evento que se realizará de 9 a 11 de março de 2006, em Caldas Novas/GO. *Não houve indicação.* **4)** Conselho Estadual de Saúde do Espírito Santo solicitou o agendamento de reunião no mês de março de 2006, com o intuito de tratar a capacitação de Conselheiros. **5)** Instalação do Comitê Setorial de Gestão Pública e Desburocratização do Ministério da Saúde. O Comitê Setorial de Gestão Pública e Desburocratização convidou o CNS para participar da instalação do CGPD/MS, que será realizado no dia 16 de março de 2006, às 10h30, em Brasília. *Indicação:* Conselheira **Rosane Nascimento da Silva** ou **Rozângela Fernandes Camapum** (a confirmar). **6)** A Associação Brasileira de Hospitais Universitários e de Ensino, a Confederação Nacional de Saúde Hospitais, Estabelecimento e Serviços, a Federação Brasileira de Hospitais e a Organização Nacional de Acreditação convidaram o CNS para participar do coquetel de inauguração de sua nova sede, que será realizado no dia 15 de março de 2006, em Brasília/DF. *Indicação:* Conselheira **Maria Irene M. Magalhães**, Conselheira **Rosane Nascimento da Silva** e Conselheira **Rozângela Fernandes Camapum**. **7)** “Fórum Saúde e Democracia: uma visão de futuro para o Brasil”. O Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS), em parceria com o Jornal “O Globo”, convidou o CNS para participar do evento, que será realizado nos dias 13 e 14 de março de 2006, no Rio de Janeiro/RJ. *Indicação:* Conselheira **Zilda Arns Neumann** colocou-se à disposição para representar o CNS no evento, visto que já participaria do mesmo enquanto representante da Pastoral da Criança. **8)** “Seminário Dia Mundial da Saúde Gestão de Pessoas – em busca da equidade no SUS”. A Comissão Especial de Políticas de Promoção da Acessibilidade e da Mobilidade de grupo Hospitalar Conceição (CEPPAM-GHC) convidou o CNS para compor a mesa: “A Situação de Acessibilidade ao SUS – área de abrangência Porto Alegre”, que ocorrerá no dia 6 de abril de 2006, em Porto Alegre/RS. *Indicação:* Conselheira **Marisa Fúria Silva**. **9)** Reunião de Consulta Nacional sobre a Iniciativa Mundial para Alcançar o Acesso Universal a Prevenção, Tratamento e Assistência até o ano 2010, que será realizado pelo Programa Nacional DST/Aids, nos dias 21 e 22 de março de 2006, em Brasília/DF. *Indicação:* Conselheiro **José Marcos de Oliveira**. **10)** 11º Congresso Mundial de Saúde Pública e 8º Congresso Brasileiro de Saúde

Coletiva. A Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (ABRASCO) convidou o CNS para o Congresso, que será realizado de 21 a 25 de agosto de 2006 no Rio de Janeiro. (inscrições até o 20 de junho de 2006 no valor de R\$ 290,00). *Indicação*: oito conselheiros indicados de forma paritária pelos segmentos (quatro usuários, dois trabalhadores e dois gestores e prestadores de serviço). **11)** VII Congresso Nacional da Rede Unida - de 15 a 18 de julho de 2006 em Curitiba/PR. *Indicação*: oito conselheiros indicados de forma paritária pelos segmentos (quatro usuários, dois trabalhadores e dois gestores e prestadores de serviço). **12)** Simpósio Brasileiro sobre Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos. Local: Fortaleza/CE. *Indicação*: Conselheira **Nildes de Oliveira Andrade**. Será verificada possibilidade da participação de um representante da CONTAG.

#### **Informes**

**1)** Resoluções nº 003/06 e 004/06, do Conselho Estadual de Saúde do PR, que aprovam moções de aplauso às Conselheiras **Maria Goretti David Lopes e Joelma Aparecida de Souza**, pelo desempenho na Presidência do CES/PR. **2)** Decreto nº 5.692, de 6 de fevereiro de 2006, que amplia o mandato dos conselheiros do CNS e Portaria nº 286/GM, de 7 de fevereiro de 2006 – Publicada no DOU nº 28, de 8 de fevereiro de 2006. **3)** Documento-Base para a Elaboração do Plano Diretor de Vigilância Sanitária. O Plenário decidiu encaminhar o Documento à Comissão de Vigilância Sanitária e Fármaco-Epidemiologia para análise e, em seguida, pautar a sua discussão no CNS. **4)** Solicitação de Auditoria. O Fórum Nacional de Presidentes de Conselhos Distritais de Saúde Indígena solicitou que o Ministério Público Federal encaminhe ao Tribunal de Contas da União solicitação de auditoria sobre as ações realizadas no âmbito da saúde indígena. Sobre essa questão foram definidos os seguintes encaminhamentos: os conselheiros participantes da 4ª Conferência de Saúde Indígena (CNSI) discutirão essa questão com os representantes do Fórum, que estarão na Conferência, a fim de obter informações mais detalhadas para trazer ao CNS; a Comissão Organizadora da 4ª CNSI analisará essa questão na sua próxima reunião que ocorrerá no dia 17 de março de 2006; o Conselheiro **Antônio Alves de Souza** encaminhará a solicitação para o DANASUS; e o documento também será encaminhado para a Comissão Intersectorial de Saúde Indígena para análise. **5)** I Congresso da Rede Nacional SAMU 192. Data: de 20 a 23 de março de 2006, às 20 horas. Local: Centro de Convenções de Brasília. *Indicação*: **José Marcos de Oliveira e Maria Irene Monteiro Magalhães**. **6)** A Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) solicitou cópias dos depoimentos dos senhores Mércia Arruda, Allan Kardec Ribeiro Galardo e Maria Stela Branquinho prestados à Comissão de Ética em Pesquisa – CONEP, no mês de fevereiro de 2006. **7)** Congresso do CONASEMS – O CNS realizará Oficina “A importância dos Conselhos de Saúde com caráter deliberativo na gestão do SUS” (data a confirmar). A SE/CNS solicitará espaço no Congresso para oficina do CNS. **8)** A Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAE) realizará a X Exposição de Experiências Municipais em Saneamento. Data: de 18 a 22 de junho de 2006. Local: Joinville/SC. **9)** Carta de agradecimento do Senhor Léo Bick, que se desligará da Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação (ABIA). **10)** A União Estadual dos Pacientes Renais Crônicos, Transplantados e Doadores do Estado do Rio Grande do Norte formalizou denúncia referente ao atendimento da Clínica NEFRON. Sobre essa questão, o Plenário definiu: a Secretaria-Executiva do CNS solicitará maiores informações sobre o ocorrido à Secretaria Estadual do Rio Grande do Norte; e verificar houve atraso no repasse do recurso feito pelo Ministério da Saúde ou se houve problema no repasse do recurso, pela SES/RN, à unidade de saúde. **11)** Carta aos Usuários do SUS de Uberlândia e Região “Democracia, Participação Cidadã, Direito a Saúde”. Manifestação do posicionamento dos Movimentos Populares de Uberlândia diante da atual situação da saúde pública no município de Uberlândia. **12)** O Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) encaminhou recomendações aprovadas no “I Encontro de Arquivos Médicos: políticas, práticas e inovação”, realizado em 2005. **13)** O Conselho Estadual de Saúde do Espírito Santo decidiu cessar os efeitos da suspensão das suas atividades paralisadas desde o dia 15 de dezembro de 2005. **14)** O Instituto Nacional de Câncer (INCA) enviou a Estimativa/2006 Incidência de Câncer no Brasil. **15)** Fórum Social Brasileiro. Data: 21 a 23 de abril de 2006. Local: Recife. Proposta:

incluir oficina sobre Controle Social no Eixo 4. **16)** A Coordenação da Plenária Nacional de Conselhos de Saúde solicitou que o CNS custeasse a participação de membros dessa coordenação no Fórum Social Mundial. **17)** Comemoração dos 80 anos da Associação Brasileira de Enfermagem. **18)** GT de Formação e Processo de Educação Permanente do Controle Social - Conselheiro **Clóvis A. Boufleur** informou que, na sua última reunião, o GT definiu o local e as datas das seis oficinas regionais que seriam realizadas em parceria com os Conselhos Estaduais de Saúde com a finalidade de levantar subsídios para a elaboração da Política Nacional de Educação Permanente para o Controle Social, sendo: Cuiabá – 18 e 19 de abril de 2006; Aracaju – 25 e 26 de abril de 2006; Palmas – 9 e 10 de maio de 2006; Fortaleza – 16 e 17 de maio de 2006; Florianópolis – 23 e 24 de maio de 2006; e São Paulo – 30 e 31 de maio de 2006. Além disso, disse que o GT iniciou debate sobre a formação de conselheiros nacionais de saúde e, a propósito, apresentou a proposta de a SE/CNS definir dois técnicos para fazer o acolhimento de novos conselheiros, com explicação das normas de funcionamento do CNS e de ser aberta sala de discussão virtual para os conselheiros do CNS. Sobre esse assunto, o Plenário aprovou a inclusão de um representante da Secretaria de Gestão Participativa no GT. Além disso, o segmento dos usuários deverá indicar dois nomes para compor o Grupo.

#### **ITEM 11 – CONFERÊNCIAS TEMÁTICAS**

**Composição da Mesa:** Conselheira **Graciara Matos de Azevedo** (coordenação). **3ª Conferência Nacional de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde (3ª CNGTES).** A Coordenadora-geral da 3ª CNGTES, **Marilena Machado**, apresentou informe sobre o processo preparatório da 3ª Conferência Nacional de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde, com destaque para as seguintes questões: o Termo de Referência foi concluído; o Canal Saúde iniciou a gravação de documentário sobre a Conferência; a assistência à saúde durante a Conferência será realizada pela rede pública (foi constituída equipe de saúde para prestar assistência durante 24 horas); os coordenadores e relatores gerais das Conferências Estaduais reivindicaram a participação na etapa nacional, como observadores (o Plenário do CNS deveria manifestar-se sobre a questão); a Conferência receberá delegação internacional (consultores da Organização Pan-Americana de Saúde/OMS); e todos os Estados realizaram Conferências. Também apresentou a proposta de programação da Conferência pactuada na Comissão Organizadora. Sobre esse assunto, o Plenário deliberou por: aprovar, por unanimidade, a programação da Conferência; referendar a participação da delegação internacional na Conferência; e recusar o pedido de participação dos coordenadores e relatores gerais das Conferências Estaduais na etapa nacional, como observadores.

**4ª Conferência Nacional de Saúde Indígena (4ª CNSI).** **Composição da Mesa:** Conselheiro **Clóvis A. Boufleur** e Senhor **Yso Truka**, representante indígena. Conselheiro **Clóvis A. Boufleur** fez a apresentação deste tema, informando que a Comissão Organizadora recebeu o memorando do Distrito Sanitário Indígena/CORE/FUNASA do Maranhão, comunicando o cancelamento da III Conferência Distrital de Saúde Indígena do Maranhão, ocorrida de 6 a 8 de fevereiro de 2006 e a realização de nova Conferência de 16 a 18 de março de 2006. Para subsidiar a manifestação do CNS sobre o assunto, o representante indígena **Yso Truka**, que ajudou no processo de realização da Conferência Distrital de Saúde Indígena do Maranhão, fez um breve relato sobre o ocorrido no Estado. Em suma, afirmou que, apesar dos contratemplos, a Conferência foi válida, visto que atendeu as recomendações da Lei nº 8.142/90, da Resolução do CNS nº 333 e do Regimento Interno da 4ª CNSI. Sobre esse assunto, o Plenário decidiu: considerar válida a Conferência Estadual de Saúde Indígena do Maranhão; e delegar competência à Comissão Organizadora da Conferência Nacional de Saúde Indígena para se manifestar a respeito de assuntos decorrentes do impasse da Conferência Estadual de Saúde do Maranhão, visto que não haveria reunião do CNS antes da realização da 4ª CNSI. A Conselheira **Zilda Arns Neumann**, na condição de coordenadora da Comissão Intersetorial de Saúde Indígena do CNS, fará contato com o Ministério Público para explicar o impasse e buscar consenso sobre a questão. Além disso, Conselheiro **Clóvis A. Boufleur** informou que a Comissão

Organizadora definiria a lista final de convidados, na sua próxima reunião, a partir das sugestões de nomes e de critérios definidos no Regimento Interno da 4ª CNSI. Por fim, comunicou que estava mantido o “III Seminário Internacional de Engenharia de Saúde Pública, Saneamento Ambiental, Sustentabilidade Inclusão Social” no mesmo período da Conferência. Sobre essa questão, acordou-se que não seria questionada a manutenção do seminário na mesma data da 4ª CNSI, visto que a FUNASA comprometeu-se a adotar as providências necessárias para assegurar o sucesso dos dois eventos.

**3ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador (3ª CNST) Composição da mesa:** Conselheira **Rosane Maria Nascimento da Silva**, Secretária-Executiva do CNS, **Eliane Aparecida da Cruz** e Senhor **Marco Antônio Gomes Pérez**, Coordenador Geral da 3ª CNST. Na última reunião do CNS, o Plenário definiu o prazo de 15 dias para o envio de contribuições ao relatório preliminar da 3ª CNST e indicou os Conselheiros **Jesus Francisco Garcia** e **Rosane Nascimento da Silva** para analisar a versão final do documento. O Coordenador-geral da 3ª CNST, **Marco Antônio Gomes Pérez**, fez breves considerações sobre o relatório final para que os conselheiros se manifestassem sobre o mesmo. Além disso, disse que o Plenário teria que analisar o relatório de prestação de contas dos gastos com a 3ª CNST. Também comunicou que havia sido distribuído aos conselheiros um relatório com resultados preliminares da pesquisa sobre o perfil dos participantes das etapas estaduais da 3ª CNST. Sobre esse assunto, o Plenário decidiu: aprovar o relatório final da 3ª CNST; e pautar a apresentação da prestação de contas e da pesquisa em outra oportunidade.

**Deliberações da Reunião:**

- 1) Aprovada a programação da 3ª Conferência Nacional de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde (3ª CNGTES);
- 2) Aprovado o relatório final da 3ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador; e
- 3) Referendar a Conferência Estadual de Saúde Indígena do Maranhão.